



Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.11, nº 02, jul-dez 2017, ISSN 1414-0810

Propagandas, discursos e análises sobre Belo Monte em Altamira, Pará, Brasil

Advertisements, speeches and analysis on Belo Monte in Altamira, Para, Brazil

Cesar Martins de Souza, Doutor, Universidade Federal do Pará, cesar@ufpa.br; Gutemberg Armando Diniz Guerra, Doutor, Universidade Federal do Pará, gguerra@ufpa.br

Resumo

Este artigo registra e analisa percepções sobre a propaganda e os discursos a favor e contra a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, tanto quanto dos seus efeitos previstos e imprevistos. Parte do acompanhamento e registros feitos pelos autores e serve-se de material acadêmico produzido em Altamira, jornalístico e de vivências de personagens presentes no contexto da obra, fazendo dialogar os fatos com as ideias que dele se fazem no contexto local, regional e nacional. Cobre todo o período de tempo que antecede, em que se realiza e que sucede ao movimento de implantação do mega projeto, ou seja de 2007 a 2016. Conclui pelo efeito da publicidade profissional feita sobre o empreendimento, criando uma ideia generalizada sobre os aspectos positivos associados a um modelo de desenvolvimento, progresso e modernidade dominante na sociedade contemporânea.

Palavras-chave

Grandes projetos, impacto socioambiental, publicidade, modelo de desenvolvimento, exclusão .

Abstract

This article records and analyzes perceptions on the advertisement and speeches for and against the Hydroelectric Plant of Belo Monte, as well as its expected and unexpected effects. Part of the monitoring and records made by the authors is based on academic material, journalistic and experiences of the characters present in the context of the work, making dialogue the facts with the ideas about it made in local, regional and national context. It covers the period of time before, in which it performs and what happens to the mega project planting movement, from 2007 to 2016. It concludes the effect of the professional advertising done on the project, creating a general idea about the positives aspects associated with a model of development, progress and modernity dominant in contemporary society.

Keywords

Great projects, environmental impact, advertising, publicity, model of development, exclusion.

Sobrevoando para reconhecer o problema

O avião voava tranquilamente ao sair de Belém com destino à Altamira, possibilitando contemplar as florestas que circundam a capital do Pará, em um grande emaranhado verde que, do alto, se assemelha a um imenso brócolis. O viajante rapidamente fica absorto, admirando a vegetação, as casas de ribeirinhos, os cursos d'água entrecortando as matas e imaginando a imensa multiplicidade de vida ali existente, que se relaciona diretamente com humanos.

Enquanto divaga, imaginando possibilidades de pesquisa e admirando a majestade da vida pulsante que se colocam diante de seus olhos, as mãos se deslocam para folhear a *Revista Gol – Linhas Aéreas Inteligentes* (2016), elaborada para entreter os viajantes, o que a torna um veículo de propaganda importante. Impressa em material de excelente qualidade, editoração em cores, texto bem escrito, fotografias artísticas, nítidas e com linguagem semiótica eficaz, a revista merece consideração do ponto de vista da comunicação que por ela é feita. Logo após o índice, nas primeiras páginas, o devaneio desaparece para dar lugar à realidade, pois foi encontrada uma propaganda de uma página inteira, do Consórcio Norte Energia, sobre os benefícios que a construção da Hidrelétrica de Belo Monte estaria trazendo às populações urbanas e tradicionais que vivem próximas ao rio Xingu.

Sob o título “Belo Monte: usina de transformação social” (Norte Energia, 2016: 19), a propaganda da Norte Energia, divulga dados sobre as melhorias que a empresa teria propiciado aos indígenas, ribeirinhos, pescadores, saúde pública, educação, saneamento e na preservação e recuperação ambiental de áreas degradadas.

A força do *marketing* empresarial, utilizado pela Norte Energia e pelo Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM) leva muitas pessoas de realidades geograficamente e socialmente distantes do Xingu, a julgarem que tudo transcorre cada vez melhor no cotidiano da região, após o início das obras. Aos que se encontram à margem do impactado rio represado, as percepções se alternam entre a crença de que tudo será como prometido, e o desencanto entre o que está no discurso e nos *outdoors* e áudio visuais, contrariando o que se vê no cotidiano da cidade.

Nesse sentido, é importante problematizar propagandas e também dados apontados pela empresa responsável pelo empreendimento e seus impactos no cotidiano das populações atingidas. Para compreender esta realidade, desenvolvemos pesquisa etnográfica, pautada em observação direta e participante, do cotidiano da cidade, desde o ano de 2007, quando ainda ocorriam debates sobre a construção da hidrelétrica, até o ano de 2016.

O contraponto entre as informações divulgadas pela Norte Energia, a pesquisa de campo, reportagens de revistas de circulação nacional e notícias presentes na página do Ministério Público Federal (MPF), livros e artigos sobre o tema, é importante para buscar compreender uma realidade complexa que interfere diretamente na vida de populações da região, como os ribeirinhos, que são enfocados no presente texto.

O que os olhos veem não confirmam o escrito

Em outubro de 2015, em viagem pelo município de Estreito-MA, outro que foi atingido na década passada pela construção de uma hidrelétrica e ainda sofre com os impactos, um comerciante local falou empolgado, que diferentemente do que aconteceu em sua cidade, ele observava, pelas propagandas veiculadas nas emissoras de televisão, que Altamira estava ganhando muito com o empreendimento¹.

¹ Anotação do diário de campo, de diálogo com o comerciante, no centro de Estreito/MA, em 13 de outubro de 2015.

Há divergências entre as propagandas divulgadas em revistas, vídeos e emissoras de televisão e as análises elaboradas por instituições e pesquisadores. Os números da Norte Energia apontam, ainda em 2014, que havia investido mais de um bilhão de reais em obras socioambientais:

A Norte Energia, empresa responsável pela construção e operação da Usina Hidrelétrica Belo Monte, superou em agosto o montante de R\$ 1,2 bilhão investido em ações socioambientais que beneficiam as populações do entorno da Usina. Os recursos fazem parte de um total de R\$ 3,7 bilhões (a preços de 2010) que serão aplicados em ações condicionantes e em outros benefícios previstos no Projeto Básico Ambiental (PBA) do empreendimento, inclusive do PBA-Componente Indígena, e no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS-X), e em ações complementares (Norte Energia, 2014).

A revista *Veja*, em 2013, afirma que a construção da hidrelétrica foi orçada pelo governo em 16 bilhões do projeto, licitada por 19 bilhões quando da licitação, e naquele momento, segundo a reportagem, já estaria superando mais de 30 bilhões de reais (Custo, 2013). Por outro lado, a concessionária explica que o total de investimentos nas ações condicionantes socioambientais superaria os 3,7 bilhões de reais, em benefícios às populações da região, atingidas à jusante ou à vazante do empreendimento, mas não explicam nem contabilizam os prejuízos que estas mesmas populações têm sofrido.

O Atlas dos Impactos da Usina Hidrelétrica de Belo Monte sobre a pesca, elaborado pelo Instituto Socioambiental (ISA, 2015), expõe um quadro diferente do proposto nas propagandas e nos números apontados pelas empresas responsáveis pelas obras. Ao abordar as condições de vida dos pescadores apresenta um cenário que diverge dos números apresentados na propaganda veiculada pela Norte Energia (2016). A Norte Energia afirma que investiu 40 milhões de reais para o desenvolvimento da pesca sustentável (Norte Energia, 2016), o que teria possibilitado a “transformação social” das vidas de populações ribeirinhas.

Em um sentido oposto, o Atlas elaborado pelo ISA, sob a coordenação de Francesco e Carneiro (2016), manifesta que, para além dos valores de investimentos, exigidos pela legislação como forma de reparação, os pescadores que vivem há gerações no e do rio, dependendo de ciclos naturais, como períodos de cheia e seca, bem como de defeso das espécies, agora lidam com situações por eles desconhecidas, as quais prejudicam a produção e reprodução de suas vidas tanto do ponto de vista material quanto social. O Atlas traz relatos dos pescadores sobre sua situação, mostrando condições desfavoráveis, frente ao andamento das obras:

Os principais impactos ambientais relatados pelos pescadores são a claridade, as explosões, a turbidez da água, a dragagem do leito do rio e de praias, o aterramento de praias e igarapés, a constante movimentação de embarcações e a extinção de locais de alimentação e reprodução da fauna. Tais impactos repercutiram na supressão de importantes áreas de pesca, na queda da atividade produtiva e na interdição de trechos do rio para a navegação...

As consequências da implantação da UHE Belo Monte não são apenas ambientais e não se refletem somente na atividade produtiva. A remoção

compulsória de pescadores e beiradeiros das ilhas e margens do Xingu tem sido responsável pela desarticulação da vida social como um todo (Francesco & Carneiro, 2015: 34).

Explosões, claridade, diminuição dos peixes, turbidez da água, dragagem do rio, evidenciam um quadro de dificuldades enfrentadas pelos pescadores artesanais do Xingu, os mesmos que, segundo a Norte Energia, foram beneficiados com investimentos em torno de 40 milhões de reais. Um pescador de Altamira, afirmou que “toda noite clara é ruim de pescar. Hoje, toda noite é clara” (Francesco e Carneiro, 2015: 34). Além da claridade, o aumento da profundidade do rio é apontado por pescadores como um fator que dificulta ou inviabiliza a garantia de seus modos de vida, a partir de suas atividades econômicas.

Por outro lado, no *blog* oficial da Hidrelétrica de Belo Monte, há um quadro denominado “Mito ou verdade” em que são publicados pequenos artigos contestando informações divulgadas na mídia e em relatórios de algumas instituições, consideradas pelo consórcio, como “campanhas contra Belo Monte”. Nesse quadro, são contestados os danos socioambientais que a hidrelétrica provocaria sobre a região no entorno da Volta Grande do Xingu:

As campanhas contra Belo Monte insistem em associar a Usina à destruição do meio ambiente e de modos de vida na região do Xingu. Muito já escrevemos aqui sobre as populações locais, dramas que já eram vividos e ações socioambientais desenvolvidas pela Norte Energia para criar as condições necessárias para um ciclo de desenvolvimento social e econômico sustentável na área do empreendimento. Em relação ao próprio bioma, há muitas facetas de Belo Monte que não são divulgadas para o grande público. Como parte das condicionantes da Usina, a Norte Energia desenvolve 14 planos voltados para conservação do meio ambiente na região do Xingu. O trabalho reúne dados importantes para aprofundar o conhecimento sobre plantas e animais, mitigar impactos da implantação do empreendimento. Na Usina, os recursos hídricos dos dois reservatórios serão margeados por uma Área de Preservação Permanente (APP). A região de preservação e recuperação ambiental terá cerca de 26 mil hectares contínuos, cinco vezes maior que a área de ambientes florestais fragmentados que serão suprimidos. (...) Belo Monte, além de energia limpa e renovável para o desenvolvimento brasileiro, gera também preservação e conhecimento (Blog Belo Monte, 2015).

São interpretações conflitantes em relação aos impactos ambientais provocados por Belo Monte, pois a Norte Energia, aponta que já havia graves problemas na região e que ao contrário do que apontam as “campanhas contra Belo Monte”, a construção da hidrelétrica possibilita, através das condicionantes, a geração de conhecimento da fauna e flora amazônicas e também a sua preservação. Podemos então observar o contraste entre a posição do ISA, que Belo Monte provocaria danos ambientais irreversíveis e da Norte Energia, que considera estar possibilitando uma melhoria na qualidade de vida das populações atingidas e também maior conhecimento sobre a região amazônica, além de viabilizar a preservação e o desenvolvimento sustentável.

Outra diferença entre a propaganda veiculada pela Norte Energia, na *Revista Gol* (2016) e as análises de instituições como o Ministério Público Federal e o ISA, refere-se às

remoções de moradores de Altamira e também de pescadores ribeirinhos atingidos diretamente pelas obras. A propaganda da Norte Energia é baseada em números elevados que impressionam, sobretudo moradores dos grandes centros urbanos do país, que eventualmente ignoram como o empreendimento interfere nas vidas das populações do Xingu. Até mesmo moradores da zona urbana de Altamira, se utilizam dos indicadores apresentados em propagandas, para argumentar em favor da obra.

Figura 1. O antes e o depois nas propagandas de Belo Monte



Foto César Martins de Souza, 24 de abril de 2016.

Segundo a propaganda, foram construídos 5 novos bairros em Altamira, totalizando mais de 3.700 casas (Norte Energia, 2016). Estes números passam a ideia de que houve um salto significativo na qualidade de vida dos pescadores artesanais e demais moradores de comunidades ribeirinhas, atingidas pela construção da hidrelétrica. Esta informação divulgada na *Revista Gol*, é reforçada por *outdoors* afixados em painéis na cidade de Altamira.

Os números do outdoor são um pouco menores que os publicados na revista, 3.400 casas, mas, margeados pelas imagens do antes, palafitas de madeira, e o depois, casas de alvenaria em bairro planejado, impressionam pela diferença e reforçam a ideia de que os condicionantes socioambientais da hidrelétrica de Belo Monte, trouxeram qualidade de vida às populações da região. O impacto da propaganda é forte em seu conteúdo imagético e também ao apontar números expressivos que alimentam positivamente a imaginação nacional. A região possui carências de infraestrutura que, segundo as divulgações da Norte Energia, seriam resolvidas com os investimentos, possibilitando aos moradores acesso a serviços como esgoto e água encanada.

Garcia (2015) argumenta que uma grande obra de infraestrutura cumpre a função designada, mas ao mesmo tempo está impregnada de imaginário. O autor afirma que a monumentalidade arquitetônica desperta um fascínio nas pessoas, o que serve de mecanismo para conquistar a opinião favorável do público. Estas obras, consideradas grandes vetores do progresso e desenvolvimento, com toda a força do imaginário, podem suplantar interesses particulares de grupos humanos ou mesmo do meio ambiente, devido à grandiosidade que congregam.

Nesse sentido, apresentar a imagem de um grande rio, o Xingu, com uma gigantesca barragem ao fundo, com pequenas fotografias de um hospital reformado, da empresa energética, de novos bairros, de quelônios nadando placidamente e com números apontando expressivos investimentos, pode conquistar a opinião pública e se sobrepor a interesses e opiniões divergentes. Há um carisma contido na monumentalidade do empreendimento e dos investimentos que ele realiza e atrai que o coloca na condição de superior aos interesses locais, como os de populações ribeirinhas.

Muitos pesquisadores, instituições não-governamentais e o Ministério Público Federal (MPF), constroem análises para além dos indicadores e divergem quanto aos benefícios gerados pelo empreendimento e mesmo pelos investimentos em infraestrutura. O ISA aponta que as remoções de populações ribeirinhas atingidas pelas obras foi desenvolvida de forma compulsória, ignorando modos de vida, práticas culturais, sociabilidades, territorialidades e as condições econômicas que permitem a vivência de famílias e comunidades. Segundo este estudo coordenado por Francesco e Carneiro:

Todo o processo de remoção compulsória foi realizado pela Norte Energia e empresas terceirizadas, com pouco ou nenhum controle por parte do estado. Aos moradores cadastrados era apresentada uma “Carta de opção e aceite” na qual constavam três opções: indenização em dinheiro, reassentamento urbano coletivo (RUCs) ou carta de crédito (Francesco e Carneiro , 2015: 36).

Notícias e dados divulgados pelo MPF vão ao encontro das análises apresentadas pelo ISA que expõem as diferenças entre os números visualizados pela população nacional em uma propaganda e a interpretação dos indicadores. Por outro lado, indenizações, cartas de crédito e retiradas de comunidades ribeirinhas inteiras de seus lugares de moradia para bairros “modernos”, com promessa de infraestrutura urbana, são alguns indicadores apresentados pela Norte Energia como argumento para sustentar que, a partir de Belo Monte, a vida dos ribeirinhos passa a um patamar superior de qualidade de vida, segundo padrões urbano-industriais de desenvolvimento.

A urbanização forçada e a negação do rural

O MPF realizou, em 2015, uma inspeção em comunidades ribeirinhas destruídas pelas obras que tiveram, conseqüentemente, seus moradores retirados das ilhas e margens de rios para os RUCs, construídos em Altamira, ou que foram obrigados a morar com parentes na cidade, pois o baixo valor da indenização não lhes permitiu alternativa. As conclusões a que os procuradores e demais membros da equipe técnica chegaram são diferentes das propagandas:

A destruição do modo de vida ribeirinho e a transformação compulsória de populações tradicionais que sempre tiraram o sustento do rio e da terra em moradores desempregados e subempregados da periferia de Altamira é prova definitiva de que as regras do licenciamento da usina, maior obra civil promovida pelo governo federal, não estão sendo cumpridas”, afirma a procuradora da República Thais Santi. Após receber dezenas de denúncias de ribeirinhos no escritório do Ministério Público Federal (MPF) em Altamira, a procuradora decidiu convocar várias instituições para fazerem uma inspeção nas áreas atingidas pela usina e verem pessoalmente a tragédia social provocada na região. A inspeção ocorreu nos dias 1 e 2 de junho e constatou

a dissolução de famílias, a destruição de comunidades tradicionais e a impossibilidade de que os atingidos possam reconstruir suas vidas após a remoção. Não foram só as máquinas chegarem e derrubarem as casas, foi a destruição dos nossos sonhos, dos vínculos de amizade. Para a Norte Energia não existe direito. Eu olho para um lado e não vejo mais meu filho, olho para o outro e não está mais o meu compadre, olho para frente e não tem mais o agente de saúde, nem o vizinho que rezava”, disse o pescador Hélio Alves da Silva, um dos moradores de Santo Antônio, a comunidade dissolvida há 3 anos. Todos os moradores perderam seu sustento e não tem mais como pescar nem plantar. Hélio mora em Altamira, em um bairro muito distante do centro e vive de bicos, como pedreiro, nas cidades vizinhas (MPF, 2015).

Há divergências significativas entre os números friamente divulgados em propagandas, recheados por imagens que indicam a “transformação social” positiva e a análise do MPF. A Norte Energia manifesta que as mais de 3.700 casas construídas em cinco novos bairros, junto com investimentos em saneamento, saúde pública e infraestrutura urbana, permitiram melhorias na qualidade de vida de ribeirinhos removidos de suas comunidades para que fossem implementadas as obras da hidrelétrica. Para além dos números fica evidente que, no tocante a hidrelétrica de Belo Monte, os ribeirinhos e demais populações da região, são vistos não como beneficiados pelo empreendimento, mas como alvos apenas de “reparações” e condicionantes sociais impostos pela legislação.

Garcia (1998) analisa que as mega-obras de infraestrutura em todo mundo são vistas apenas sob a égide do grande capital, ignorando-se os direitos de populações e menos ainda, da fauna e flora atingidas. O autor analisa que os movimentos sociais tendem a partir para discursos técnico-científicos contrários ao empreendimento, como ocorreu com a ponte Montijo-Sacavém, em Portugal. Desta forma, o debate fica concentrado entre pesquisas e não dialoga com a população, que não consegue compreender os dados apresentados. A falta de diálogo entre os movimentos sociais, os pesquisadores e a população de um modo geral, abre espaço, na concepção de Garcia, para a forte atuação da mídia. O debate público passa, então, a ser operado no interior da grande mídia e dos instrumentos de propaganda.

A publicação de propagandas em veículos de circulação nacional se transforma em um mecanismo utilizado para buscar obter o apoio da população brasileira. Os números apresentados impressionam pela grandiosidade e podem se tornar em um instrumento poderoso para levar brasileiros de lugares distantes do Xingu, a enxergar a construção da hidrelétrica como benéfica não apenas para as indústrias nacionais, como também para as populações locais, vistas como “abrangidas” por transformações positivas e não como “atingidas”.

No tocante às melhorias trazidas por Belo Monte, as propagandas consideram o ideal urbano de vida como o único possível, de forma que retirar ribeirinhos para acomodá-los em novos bairros na zona urbana de Altamira, não se constituiria em um problema, pois suas comunidades não contariam com saneamento e água tratada, como nos RUCs.

Esta visão etnocêntrica serve de justificativa para a construção de mega-obras de infraestrutura ou para a retirada de minérios da Amazônia, pois mais do que explorar riquezas, os empreendimentos estariam garantindo, progressivamente, melhorias na infraestrutura e na qualidade de vida das populações da região.

O neo-desenvolvimentismo nacional segue antigos padrões de colonização e insere cada vez mais a Amazônia em um sistema de divisão internacional do trabalho que, em escala nacional, reduz a região a produtor de matéria prima, no caso energia, e de infraestrutura para garantir o crescimento das indústrias no país.

Ingold (2012) considera que o mundo ocidental por muito tempo ouviu as vozes de animais e árvores de um modo concreto. Com a separação entre humanos e natureza, essas vozes foram silenciadas, a imaginação e o sonho considerados opostos à ciência e os humanos se afastaram cada vez mais de um contato íntimo com as naturezas não humanas. O autor argumenta que, ao ficarem surdos às vozes destas naturezas, os humanos passaram a pensar somente em seus próprios interesses. Para Ingold, esta ruptura entre as naturezas não humanas, os humanos e a imaginação, teria feito com que o mundo se tornasse “um repositório de dados” (INGOLD, 2012: 25) e nos colocado em uma condição menos sustentável de vida.

O debate sobre a separação entre homem e natureza é ilustrado com clareza por Gonçalves (1990), quando faz uma leitura da transformação do pensamento humano, saindo das concepções pré-socráticas para o domínio do pensamento judaico-cristão. Neste, o homem se distingue para dominar a natureza, deixando de fazer parte e de ter relação com ela, como nas concepções em que tanto deuses como seres do reino animal cruzavam e perfilhavam com os humanos, praticamente no mesmo plano.

Meio ambiente e sustentabilidade estão no centro dos debates pró e contra a construção de Belo Monte. Os contrários apontam os grandes impactos socioambientais e os grupos favoráveis consideram que a hidrelétrica trará baixos impactos, proteção ao meio ambiente e formas sustentáveis de vida às populações da região. Tanto grupos favoráveis como contrários, debatem sobre os impactos do empreendimento para os seres humanos, pois, mesmo quando se discute em relação à diminuição dos peixes, alteração da profundidade do rio e inundação de florestas, os debates quase sempre giram em torno de populações humanas atingidas.

Como argumenta Ingold (2012), as naturezas não humanas são referidas somente no que trazem de contribuição para os humanos e não enquanto possuidoras de valor em si mesmas, o que reforça o argumento de uma separação epistemológica. Outro problema apontado por Ingold (2012) é a busca de racionalizar todos os argumentos sobre nosso mundo, de forma que a imaginação e as vozes não humanas são caladas para que possamos adentrar unicamente em um padrão científico de construção de conhecimento. O mais dramático é que as vozes ignoradas são de humanos que vivem em uma relação direta com a natureza e que com ela pretendem manter essa relação, assumida como algo de futuro, embora as projeções e interpretações que delas se façam, pelos defensores da barragem, é de que são vozes do atraso e do passado.

Em 2010, a Insight e a Eletrobrás lançaram o livro de Alexandre Falcão intitulado “Belo Monte: usina de conhecimento” no qual o autor busca refutar os argumentos contrários à construção da hidrelétrica e apresentar os benefícios econômicos, ambientais e sociais proporcionados à população em torno da obra e do Brasil como um todo. Este livro se constitui em um documento com dados e análises técnicas apontando como o país necessita da obra e como esta “evoluiu” ao longo dos 30 anos do projeto, desde a proposta de construção de Kararaô, em 1989, até o atual projeto².

2 A usina hidrelétrica de Belo Monte foi projetada na segunda metade da década de 1980, sob o nome de Kararaô, e teve seu ápice quando, após algumas audiências para construção da hidrelétrica, ocorreu o 1o. Encontro dos Povos Indígenas do Xingu. Neste encontro, que contou com a participação do cantor de rock Sting, do grupo britânico The Police, a kaiapó Tuíra, indignada com os debates na mesa, investiu com um facão em direção ao Diretor de Planejamento da ELETRONORTE, José Antônio Muniz Lopes, gritando palavras de ordem em sua língua materna sem, contudo, ferir o engenheiro. Após este protesto e outras manifestações de diversos setores da sociedade contrários à obra, o projeto foi abandonado naquele momento, sendo retomado somente no século XXI. Sobre o tema, consultar O AVISO DOS CAIAPÓS (1989) e SANTOS & ANDRADE (1988).

O autor considera que os 30 anos ajudaram a amadurecer e evoluir o projeto, após amplas discussões com a sociedade, levando a minimizar impactos socioambientais, como o não alagamento direto de áreas indígenas, e proporcionar que a hidrelétrica trouxesse benefícios significativos às populações, que passariam a gozar de infraestrutura urbana adequada. Falcão (2010) analisa as condições da região, a degradação ambiental em que se encontra e aponta perspectivas positivas para o futuro, após o funcionamento da usina.

Na obra são utilizados argumentos científicos, cópias de documentos oficiais, um conteúdo imagético, com fotografias e projeções favoráveis às populações urbanas, ribeirinhas e indígenas. O autor, jornalista e engenheiro que atuou na Agência Globo, trabalha como editor da Insight, empresa de assessoria de imagem de grandes companhias, como a Eletrobrás. A construção da hidrelétrica é vista como, ao invés de causadora de desmatamento, proporcionando proteção ambiental a toda a região:

O desmatamento é um fato inegável. Iniciado a partir da construção da Rodovia Transamazônica, vem se estendendo tanto para o sul como o norte da Bacia do Xingu. Na região onde será construído o AHE Belo Monte, o desmatamento tem causado impactos negativos sobre as Florestas de Terra Firme e Aluviais. Já existem áreas isoladas, em grande parte devido à pecuária e às culturas permanentes, como a de cacau. Da mesma forma, o aumento da pesca vem provocando desequilíbrios no ecossistema.

“Quando participei do projeto inicial e fui para o Xingu não havia praticamente área alguma desmatada. Na segunda fase, 25 anos depois, voltei à região. Não construíram a barragem, mas tudo foi desmatado. Se a usina tivesse sido construída antes, seguramente, muitas áreas importantes teriam sido preservadas como unidades de conservação. Até a própria área de Volta Grande. Agora, isso não existiu. Todo mundo foi ocupando um pouquinho e temos um desmatamento enorme”, avalia Mário Vital, geólogo da CNEC, que participa dos estudos de Belo Monte desde a década de 1980.

A diminuição de peixes e o avanço do desmatamento vêm aumentando os conflitos sociais, que se agravam ainda mais com a crescente urbanização e a ocupação desordenada, principalmente dos igarapés Altamira, Ambé e Panelas, bem como com a falta de infraestrutura adequada ao atendimento da população.

Diante dessa realidade, mesmo com os impactos adicionais trazidos pela usina, a construção do AHE Belo Monte pode efetivamente ser uma oportunidade de desenvolvimento sustentável para a região, com a implantação obrigatória de todos os planejamentos apontados no Rima pelo empreendedor, com a parceria dos governos estadual e federal (Falcão, 2010: 141).

A Transamazônica aparece neste livro como o grande fomentador de impactos ambientais negativos na região, e a UHE Belo Monte como o elemento externo que, ao contrário do que os opositores afirmam, traria proteção às florestas, diminuição de incidência de ciclos epidêmicos e até mesmo o aumento de recursos pesqueiros. A urbanização propiciada por Belo Monte é apontada como fator de ordenamento socioambiental e também como catalisador de administração adequada de recursos naturais, o que garantiria melhores condições de vida.

Em visita feita ao canteiro de obras, área a ser inundada e área a ser drenada e seca pela barragem em novembro de 2012, o que se verificou não confirma o que se apresenta na análise feita pelos analistas defensores do empreendimento. Os cartazes apelando pelo respeito ao ambiente soavam como ironia diante do quadro de supressão vegetal, expulsão dos moradores e movimentação na imensa área a ser bombardeada, alagada, drenada e transformada.

Ravena e Teixeira (2010) em seu estudo sobre a hidrelétrica de Belo Monte, afirmam que os valores culturais e o direito de escolher como viver dos ribeirinhos foi ignorado pelo governo e o consórcio construtor. Deste modo, diferentemente do processo de benefícios sociais alegados por Falcão (2010), Ravena e Teixeira (2010) consideram que Belo Monte violou a dignidade, propriedade e direitos sociais e civis dos pescadores. Os autores argumentam que os atingidos “não desejam recompensas, não buscam redistribuição de recursos, mas sim a manutenção do *status quo*, da vida, exatamente como era antes” (RAVENA & TEIXEIRA, 2010: 8).

Em pesquisa feita na área no momento mesmo de execução da obra, não apenas ribeirinhos estavam tendo os seus direitos desrespeitados, mas indígenas e agricultores, alguns deles com plantios feitos com recursos do mesmo governo brasileiro, estavam sendo removidos em flagrante demonstração das contradições do planejamento oficial (MAIA e GUERRA, 2015).

Assim como o ISA e o MPF, os autores desse artigo divergem dos estudos e propagandas desenvolvidos a partir da Norte Energia e Eletrobrás, pois não consideram que as obras trariam melhorias ambientais, urbanas ou para os pescadores. Consideram que os pescadores vivenciam situações de expropriação, violação de direitos, perda da liberdade para escolher onde e como viver, deslocamento de seus modos de vida.

Para Zhouri (2012), Belo Monte violou a legislação vigente no país, ao mesmo tempo em que acelerou um processo de degradação ambiental. Ao analisar o EIA-RIMA e o modo como é pensado e planejado não apenas para esta obra, como para outros grandes projetos em curso ou já desenvolvidos no país, a autora os considera como catalisadores de problemas socioambientais em diferentes lugares, sobretudo na região amazônica.

O discurso da sustentabilidade utilizado nestes empreendimentos, estaria pautado, segundo Zhouri, no paradigma da adequação ambiental, que não enxerga o meio ambiente como possuindo valor em si mesmo, mas apenas como uma mercadoria geradora de lucro ao grande capital. Os atingidos, ao defenderem seus direitos, seriam vistos como perturbadores da democracia e do progresso nacional e seus direitos “interpretados como defesa de interesses particulares passíveis de negociação” (ZHOURI, 2012: 61). Os processos de negociação com ribeirinhos ocorrem sem discutir o cerne da questão, que é a própria viabilidade da execução da obra, mas apenas sob a ótica da resolução de problemas particulares, através de indenizações que não garantem a manutenção dos modos de vida.

Em um estudo que reforça análises de Zhouri e também de Ravena, Baines enxerga um processo desenvolvimentista, implementado na Amazônia para extrair riquezas a partir de grandes projetos:

A UHE Belo Monte segue o velho modelo de pilhagem dos recursos naturais da Amazônia para canalizar os lucros a grandes empresas, fortalecendo ainda mais um padrão desenvolvimentista que aumenta as desigualdades sociais e econômicas e a exploração violenta das populações locais (BAINES, 2012: 101).

As divergências entre as análises baseiam-se no lugar social de onde emergem os discursos. De um lado estão estudos e propagandas desenvolvidas pela Norte Energia e Eletrobrás, de outro pesquisadores e instituições como o MPF e o ISA. Enquanto as empresas reforçam uma visão caótica dos indicadores socioambientais da região antes da hidrelétrica para reforçar o argumento de que, ao contrário do que muitos pensam, ela trará uma qualidade de vida superior para as populações da região e proteção ambiental, os outros pesquisadores, MPF e ISA, consideram, de forma inversa ao propagandeado, que a hidrelétrica agrava os problemas sociais, a degradação ambiental e expropria pescadores.

Números e valores monetários de investimentos são instrumentos poderosos de propaganda porque impressionam pela grandiosidade e podem conquistar a opinião pública de pessoas que não conheceram o Xingu, Altamira, ou os outros municípios antes ou depois das obras. A monumentalidade arquitetônica impressiona e conquista, como afirma Garcia (2015), através do fascínio que desperta nas pessoas, sobretudo ao se verem como tendo vivenciado este momento.

Para além dos números e da propaganda estão os pescadores expropriados, os moradores de municípios como Altamira e Vitória do Xingu que passam a se perceber não como alvos do empreendimento, mas como um efeito colateral, com o qual são abertas negociações para atenuar impactos. A cartografia do desenvolvimento nacional coloca a Amazônia no centro do cenário, mas tão somente como um recanto de recursos naturais para o grande capital nacional e internacional.

Nesse cenário, é importante refletir sobre como os próprios altamirenses veem o empreendimento, as propagandas, divulgadas em vídeo na orla do cais da cidade e como pensam o futuro da região após a hidrelétrica e suas próprias vidas, com o processo de profundas transformações que ela provoca.

Em incursão na orla da cidade durante períodos de duas semanas nos meses de dezembro de 2015, janeiro e março de 2016, constatamos a exibição de áudio visual durante toda a noite e parte do dia, em praça localizada no ponto de maior frequência da orla e propomos uma leitura e interpretação feita pelos estudantes do curso de Engenharia Agrônômica sobre aquele veículo de comunicação. As opiniões foram divididas entre os que reconhecem a importância da obra e a apoiam, os que reconhecem, mas são críticos e os que são contrários ao empreendimento por avaliarem que em um balanço as perdas são maiores que os benefícios. No conjunto dos textos, há uma dualidade flagrante em que se reconhece que as obras da represa foram feitas, deixando-se por último as obras mitigadoras do impacto social, econômico e ambiental principalmente na cidade que expõe as mazelas da administração municipal, no caso repartida ou atribuída aos compromissos do Consórcio Construtor de Belo Monte, o CCBM.

A cidade de Altamira não estava preparada para receber o fluxo de pessoas que saíram de seus estados para trabalhar na construção da usina e isso fez com que mudanças significativas afetassem a cidade. O trânsito ficou caótico, a saúde depreciou, além da violência que teve um grande salto em comparação a outros anos. O custo de vida no município de Altamira ficou muito alto, o aluguel aumentou porcentagens antes inimagináveis chegando ao ponto que muitas famílias que moravam de aluguel tiveram que se mudar³.

3 Alzira Pimentel Chaves. Relatório do Vídeo da Eletronorte, apresentado na Disciplina Comunicação e Extensão Rural do Curso de Engenharia Agrônômica do Campus da UFPA. Altamira,

O citado pela estudante é complementado com a referência à construção de pontes, passarelas e alargamento de avenidas para favorecer a mobilidade urbana, o que, entretanto não diminui a dramaticidade de registro dos incômodos trazidos pelo empreendimento. Outro estudante, policial da guarda municipal de Altamira, escreve:

Se a empresa explicasse, de antemão à construção da barragem o que ia ocorrer com a cidade, os atingidos, os indígenas, ribeirinhos, pescadores e a população rural, não teríamos tido tantos protestos em prol dos seus direitos.⁴

De certa forma a propaganda acrítica, sem explicar os efeitos com o realismo com que costuma ocorrer, provoca um sentimento de ter sido logrado. Apesar disso manifesta esperança de “que as compensações sejam concretizadas quanto aos principais atingidos por esse empreendimento”⁵.

Em março de 2016, representantes de organizações governamentais convidados para falar sobre o assunto em sala de aula na Universidade Federal do Pará, para alunos de Engenharia Agrônômica, apresentaram posicionamentos que se opunham. Ficaram demonstradas suas trajetórias diferenciadas desde organizações que oscilaram da contestação no primeiro momento e o apoio e adesão quando mudanças conjunturais e políticas se alteraram, a outras que se mantiveram firmes na oposição mesmo depois de efetivada a obra de engenharia e o funcionamento da usina, confirmando as previsões dos efeitos mais deletérios.

Considerações finais

Ponderando sobre tudo o que se pode ver acontecendo na área em que se instala a Usina Hidrelétrica de Belo Monte e ler na literatura produzida pelos especialistas, prós e contras, um dos males é exatamente a defesa incondicional de ambos os lados, sem um equacionamento que aponte soluções que possam ser justificadas ou negociadas em termos de respeito e considerações que contemplem o grau de complexidade que o assunto exige.

A primeira proposição feita quando o empreendimento se chamaria Kararaô, obrigou a modificações que teriam minimizado os impactos ambientais. Estas modificações são demonstrações cabais de que a escuta das populações da área em que se instalou o projeto é elemento essencial para o seu aprimoramento técnico e, em última instância, para a sua validação social. Em que pese essa demonstração, contradições conjunturais permitiram que a obra fosse realizada favorecendo aos grupos econômicos e empresas responsáveis pela construção da barragem, implantação dos geradores, transformações no espaço urbano, contrariando aos procedimentos legais e direitos estabelecidos na constituição, fragilizando tanto a imagem do governo em sua pretensão democrática, quanto às populações, em suas reivindicações de domínio sobre o espaço ancestral.

Outro ponto fundamental desse debate é que a propaganda projeta a exclusividade de virtudes desse empreendimento hidrelétrico ocultando outras possibilidades que têm sido

4 Andrey Araújo dos Santos. Resenha do vídeo apresentado na orla da Cidade de Altamira (Avenida João Pessoa), apresentado na Disciplina Comunicação e Extensão Rural do Curso de Engenharia Agrônômica do Campus da UFPA. Altamira, 2015.

5 Idem.

evocadas pelos opositores, mediadores ou posicionamentos que propõem o levantamento de alternativas e a ponderação sobre qual ou quais delas poderiam ser efetivadas. O caráter dogmático das decisões e realizações se impõe com a força do capital e dos setores dominantes, desprezando os prejuízos de ordem ambiental, cultural, social e mesmo econômicos de longo prazo.

O efeito político educativo é certamente o mais grave de todos, uma vez que as contradições revelaram fragilidades de lideranças políticas que se renderam, foram cooptadas ou compreenderam que não havia outro caminho a não ser o da negociação em condições de sujeição. A divisão de suas bases e a quebra de confiança em seu capital político eleitoral não tem retorno possível.

Fica claro que embora o discurso ambientalista presente em praticamente todas as organizações governamentais, não governamentais, políticas, culturais, religiosas ou de qualquer que seja a natureza, não se sustentam ou não conseguem se impor diante da força do capital articulado e montado na máquina estatal.

Referências:

BAINES, Stephen G. 2012. “As usinas hidrelétricas na Amazônia: o indigenismo empresarial e a insustentabilidade de grandes hidrelétricas em Terras Indígenas”. In: Andréa Zhouri (org.). Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia. pp. 98-121.

BLOG BELO MONTE. Belo monte e as ações socioambientais. Disponível em <http://blogbelomonte.com.br/2015/01/23/belo-monte-e-acoes-socioambientais/>. Acesso em 29 de abril de 2016.

CUSTO da usina de Belo Monte já supera os R\$ 30 bilhões. Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/custo-da-usina-de-belo-monte-ja-supera-os-r-30-bilhoes>. Postado em 12 de maio de 2013. Acesso em 20 de abril de 2016.

FRANCESCO, Ana de; CARNEIRO, Cristiane (org.). Atlas dos impactos da UHE Belo Monte sobre a pesca. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2015.

FALCÃO, Alexandre. 2010. Belo Monte: uma usina de conhecimento. Rio de Janeiro: Insight. Disponível em http://insightnet.com.br/Livros/belo_monte/livro_belomonte.pdf. Acesso em 05 de junho de 2013.

GARCIA, José Luís; SUBTIL, Felipa. “Conflito Social e ambiente – a Ponte Vasco da Gama”. *Análise Social*, XXXIII: 707-746.

GARCIA, José Luís. Eletrificação e cidade: entre função e ficção. *Educamazonia*, 2: 9-20. Disponível em http://ieaa.ufam.edu.br/wp-files/revistas/educamazonia_files/2015-2/v2015-2-t1.pdf. Acesso em 17 de abril de 2016.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. 1990. Os (des)caminhos do meio-ambiente. São Paulo: Contexto.

INGOLD, Tim. 2012. “Caminhando com dragões: em direção ao lado selvagem”. In: STEIL,

C. A.; CARVALHO, I. C. de M. (org.). Cultura, percepção e ambiente: diálogos com Tim Ingold. São Paulo: Terceiro Nome. pp. 15-29.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas e GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Populações locais e hidrelétricas: O caso de duas localidades atingidas pela barragem de Belo Monte, Pará, Brasil. CAMPO-TERRITÓRIO - Revista de Geografia Agrária, 20: 362-392.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ. Remoção forçada de ribeirinhos por Belo Monte provoca tragédia social em Altamira. 05 de junho de 2015. Disponível em <http://www.prpa.mpf.mp.br/remocao-forcada-de-ribeirinhos-por-belo-monte-provoca-tragedia-social-em-altamira>. Acesso em 01 de novembro de 2015.

NORTE ENERGIA. Belo Monte supera 1,2 bilhão em benefícios socioambientais. Disponível em <http://norteenergiasa.com.br/site/2014/09/15/belo-monte-supera-r-12-bilhao-em-beneficios-socioambientais/>. Acesso em 29 de abril de 2016.

NORTE ENERGIA. Belo Monte: usina de transformação social. *Revista Gol – Linhas Aéreas Inteligentes*, 166: 19.

O AVISO DOS CAIAPÓS. Revista Veja, 1069: 68-71. Disponível em <http://veja.abril.com.br/complemento/acervodigital/index-novo-acervo.html>. Acesso em 20 de fevereiro de 2016.

RAVENA, Nirvea; TEIXEIRA, Eliana Franco. Usina de Belo Monte: quando o desenvolvimento viola direitos. *Ponto de vista*, 10: 1-16. Disponível em http://neic.iesp.uerj.br/pontodevista/pdf/Ponto_de_vista_01outubro2010.pdf. Acesso em 14 de março de 2016.

SANTOS, Leinad Ayer de O; ANDRADE, Lúcia M. M. 1988. As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo.

ZHOURI, Andréa. 2012. Belo Monte: crise do sistema ambiental e da democracia. In: Andréa Zhouri (org.). Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia. pp. 45-65.